

O DISCURSO DA “GUERRA AO TERROR” COMO LEGADO COLONIAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O 11/09 E O IMPERIALISMO EUROPEU NO SÉCULO XVI¹

Luara Resende²

“We've been offered a unique opportunity, and we must not let this moment pass.” George Walker Bush³

“No faltaban las justificaciones ideológicas. La sangría del Nuevo Mundo se convertía en un acto de caridad o una razón de fe. Junto con la culpa nació todo un sistema de coartadas para las conciencias culpables.” Eduardo Galeano⁴

RESUMO

Com o *boom* de trabalhos feitos sobre terrorismo após os ataques de 11 de setembro de 2001 ao World Trade Center e ao Pentágono, nos Estados Unidos, observam-se abordagens que ressaltam as novas táticas utilizadas pelos terroristas e as novas ações movidas para combatê-los, lançadas sob o título de “Guerra global ao terror” (*Global War on Terrorism*). A presente análise pretende, entretanto, evidenciar através do discurso os aspectos semelhantes entre os elementos que compõem essa iniciativa estadunidense e os utilizados pelas grandes potências europeias durante a colonização formal de além-mar. Procura-se ressaltar, assim, que o discurso antiterrorismo não é um fenômeno exclusivamente contemporâneo, que emergiu diante dos últimos atentados enquadrados no que o ocidente considera “Terrorismo”, mas sim uma transmutação de tantos outros discursos utilizados pelos dirigentes estatais para justificar práticas de dominação e revigorar a subjugação que rege a relação norte-sul, permitindo que interesses de outras naturezas (econômica, ideológica, política etc.) sejam camuflados. Para fundamentar tal hipótese será feita uma comparação entre as cartas dos colonos e missionários jesuítas às coroas europeias durante os séculos XVI a XIX e os discursos do ex-presidente Bush e demais documentos oficiais do governo estadunidense. Serão utilizados também artigos acadêmicos que se propõem a desconstruir e descolonizar a agenda de estudos de segurança nas Relações Internacionais. Pretende-se desta forma ampliar a gama de estudos sobre terrorismo a partir da perspectiva colonial e oferecer uma análise crítica a respeito de seu discurso e das táticas utilizadas para combatê-lo.

Palavras-chave: Terrorismo; Colonialismo; Análise de discurso.

1 Trabalho orientado pelo Prof. João Nackle Urt, docente da Faculdade de Direito e Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

2 Graduanda do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

3 Trecho do discurso proferido pelo ex-presidente estadunidense em 29 de janeiro de 2002 no Capitólio, Washington, D.C.

4 Trecho da obra “Las venas abiertas de America Latina” (1971).

INTRODUÇÃO

O terrorismo enquanto tema pertencente ao *mainstream* dos estudos de segurança e Relações Internacionais sempre envolveu muitos debates polêmicos na área. Após os ataques ocorridos ao World Trade Center e ao Pentágono, nos Estados Unidos, entretanto, esse debate foi maximizado consideravelmente e realocou a pauta “à condição de maior ameaça à continuidade do sistema global” (MORENO, 2004).

Para compreender os discursos produzidos na esfera de um fenômeno dessa magnitude, é preciso primeiramente analisar as origens da relação desigual entre norte-sul iniciadas com as grandes navegações no século XV, e que desde então vem se transformando a mesma medida das mudanças ocorridas no sistema internacional, permitindo sua sustentação até hoje.

A hipótese levantada aqui sugere que o discurso de “Guerra ao terror” é um dos aparatos que sustenta e legitima as relações de dependência e poder que regem o sistema internacional, assim como um dia fez o discurso colonial. Segundo Barkawi e Laffey, o entendimento sobre relações de segurança requerem agora que descartemos premissas eurocêntricas sobre o mundo e como ele funciona. É preciso portanto descolonizar as teorias de segurança.

Isso se torna ainda mais necessário quando se observa que o discurso antiterror oferece argumentos a população para permitir o desmantelamento de legislações que regulamentam e asseguram direitos civis (privacidade, liberdade de expressão, de manifestação e etc.), intervenções equivocadas, prisões arbitrárias e violações de direitos humanos não só contra os considerados suspeitos, como escandalizado pelo caso Snowden. Todos estão sujeitos às medidas restritivas impostas pelo estado de exceção⁵.

Portanto, o presente trabalho procura mostrar as raízes do discurso antiterror utilizadas para justificar práticas de dominação e exploração a fim de ressaltar que não se trata de um fenômeno exclusivamente contemporâneo, mas sim de uma transmutação de tantos outros discursos utilizados no âmbito da segurança por grandes potências que tem como objetivo perpetuar e consolidar premissas eurocêntricas, revigorando a subjugação que rege a relação norte-sul.

⁵ A ideia geral do estado de exceção pressupõe que é preciso suspender a constituição em momentos de crise e que, portanto, tal suspensão deve ser legal, apesar de inconstitucional (o que, obviamente, é um contrassenso). (CHACON, OLIVEIRA. 2013)

Para tanto, neste trabalho adotarei uma abordagem pouco utilizada nos estudos de segurança, mas que tem muito a esclarecer quando o assunto são relações de poder e de dominação: a perspectiva colonial. Através dela será possível notar como o discurso de “guerra ao terror” sustenta e perpetua aparatos de dominação de diferentes matizes (política, ideológica, econômica e etc.), estabelecidos desde o período colonial, bem como serão evidenciadas as novas táticas utilizadas para legitimá-los perante o sistema internacional.

Considerando a escassez de bibliografias acadêmicas que relacionem as duas temáticas, terrorismo e colonialismo, o presente trabalho pretende contribuir para a ampliação do leque de análises críticas sobre terrorismo, e demonstrar que, enquanto os estudos sobre segurança estiverem pautados em premissas eurocêntricas e coloniais, não será possível implementar políticas para combatê-lo eficazes e comprometidas com a segurança nacional e paz global.

“Promover o debate crítico sobre o corpo teórico da disciplina e sua relação com a estrutura de poder internacional é o primeiro passo para a reformulação dos problemas e para a construção de novas agendas, críticas e autônomas, no âmbito das Relações Internacionais.” (SELIS, GALLO, MASO, 2011).

Sendo assim, farei primeiramente uma breve explanação a respeito da contribuição a ser dada pela Análise de Discurso a essa temática, apresentando de forma sintética conceitos, autores e ferramentas que permitem lançar luz sob os discursos que tangem as relações internacionais.

A seguir, examinarei o terrorismo como uma categoria de análise em constante disputa no espectro político e acadêmico, de modo a identificar elementos que interferem em sua conceitualização e como seu uso têm refutado premissas básicas do campo teórico das Relações Internacionais.

Posteriormente, os discursos de George W. Bush, então presidente dos Estados Unidos no momento dos ataques de 11/9, serão apresentados e comparados as cartas do missionário jesuíta José de Anchieta, as quais descreviam suas impressões a respeito do ambiente e da população nativa do continente latino-americano quando chegaram os primeiros europeus, no século XVI.

Assim, pretende-se por fim identificar semelhanças e as transmutações realizadas no âmbito desses discursos e que permitiram que antigos aparatos de dominação fossem sustentados, sob novas roupagens.

A ANÁLISE DE DISCURSO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA BREVE APRECIACÃO

Essa seção busca apresentar alguns instrumentos que a Análise do Discurso oferece para o estudo das Relações Internacionais, teórica e metodologicamente. Nesse sentido, o artigo de Lucas Amaral Batista Leite intitulado “George W. Bush e a construção do inimigo na guerra ao terror” contribui em muitos aspectos para o objetivo a que esse trabalho se propõe.

Segundo o artigo, a importância do papel da linguagem nas Ciências Sociais e nas Relações Internacionais se deu a partir da percepção de que “processos discursivos constituíam o que era apreendido como real e sistêmico” (IÑIGUEZ, 2005, *apud* BATISTA LEITE, 2009, pg. 28-29).

Nesse sentido, o autor menciona o filósofo argelino Louis Althusser, que identificou a linguagem como um modo de perpetuação dos valores e crenças das instituições, as quais atuavam como aparatos ideológicos do Estado, sendo responsáveis por difundir e naturalizar elementos consonantes com seus interesses. Essa perspectiva permite analisar a linguagem como uma ferramenta de poder, arquitetada de modo a beneficiar o corpo estatal.

Entretanto, a parte que mais interessa a este trabalho consiste na apresentação da abordagem pós-estruturalista da Análise do Discurso. Segundo Fairclough, tal abordagem se baseia na relação dialética existente entre discurso e a prática social, no qual “a última é tanto uma condição como um efeito para a primeira” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91 *apud* BATISTA LEITE, 2009, p. 32).

Portanto, segundo essa corrente, o discurso não compreende apenas a mera reprodução do mundo real, mas a *produção* de significados atrelados à realidade que pretendem construir, sendo responsável pela constituição, naturalização, manutenção e transformação de significados de acordo com as relações de poder preexistentes (BATISTA LEITE, 2009, p. 32, grifo da autora).

Ainda de acordo com Fairclough, a análise da prática discursiva deve focalizar três processos: a produção, a distribuição e o consumo textual. É neste âmbito que surge o conceito de “mudança discursiva”, que compreende alterações feitas pelo enunciador, reorientando uma ideia previamente apresentada, com o intuito de se alinhar à forma como o consumo se dará pela plateia.

Ou seja, a construção discursiva envolve, em muitos casos, o modo como o texto será recebido pelo público a qual se dirige, buscando enfatizar elementos e ocultar outros com o intuito de justificar e promover aceitação das práticas ali discutidas. Segundo Batista Leite:

A combinação de novos elementos numa mudança discursiva altera a estrutura prévia de um discurso, e é nesse ponto que a análise deve ser feita. A forma como determinadas ideias deixaram de ser colocadas e a contradição com novas ordens discursivas são essenciais para se entender como se dão as mudanças relativas à produção do texto, o que permite compreender a intenção dessa mudança em relação a uma nova distribuição e consequente consumo pela plateia em questão (BATISTA LEITE, 2009, p.34, grifo da autora).

É necessário, portanto, identificar quais elementos discursivos foram abandonados e quais foram incorporados na tentativa de se adaptar a estrutura social e construir empiricamente novas realidades.

Nesse âmbito, nota-se que a construção do “outro” é pautada na contraposição ao “eu” e nos discursos de segurança, o primeiro não é só associado à diferença, mas ao desconhecido, ilegítimo e ameaçador (DIJK, 2008).

Entretanto, ao contrário do que pressupõe a teoria neorrealista, predominante no campo das Relações Internacionais, “as relações de identidade entre ‘eu’ e ‘outro’ construídas pela diferença não são dadas pela estrutura, mas constantemente adaptadas e apagadas de acordo com os interesses e percepções envolvidos” (CAMPBELL, 1998 *apud* BATISTA LEITE, 2009, p. 39).

Forma-sujeito e formação discursiva

O conceito de formação discursiva abarca todas as variáveis que determinam o que pode e deve ser dito diante de dado contexto histórico, social e ideológico (SANTO, SILVA, 2014).

Exemplificando esse conceito a partir do caso em questão, o indivíduo que ocupa a posição de presidente de um país atacado por terroristas, está impelido por uma obrigação social, diante da tragédia ocorrida e da grande comoção que este tipo de atentado provoca, a

se pronunciar o mais prontamente possível para a população, que espera ouvir palavras firmes e promessas de maior segurança, bem como de combate as organizações que cometeram o atentado. A posição que ocupa determina que isso seja feito e é também o que a população espera do chefe de estado da nação.

Nesse contexto, a mídia internacional e seus modernos meios de comunicação, que mesmo antes da declaração presidencial já noticiaram o fato, relatando local, horário, número de feridos e etc., provocando de imediato notas de apoio ao país vitimado e repúdio a ação terrorista, também estão atentos ao pronunciamento que será realizado pelo sujeito presidente, prontos para noticiar ao mundo quais serão as próximas medidas ofensivas a serem adotadas pelo governo para enfrentar esse tipo de ameaça.

Mediante todo esse aparato que determina sua fala, o sujeito chefe de estado sabe que em meio o arranjo político internacional em que está inserido, deve dar uma declaração sobre o fato que emocione a sociedade internacional, conforte a população e ao mesmo tempo a deixe amedrontada diante da ameaça de um novo ataque, e que seja ainda incisivo e determinado no que diz respeito às ações a serem tomadas para proteger o país. Esses elementos que constituem o sujeito do saber, de maneira consciente e inconsciente, e que serão refletidos em sua fala, fazem parte do conceito de forma-sujeito (IDEM, 2014).

Ele (sujeito) sabe que, diante de toda a polêmica que envolve o tema, um discurso que una esses elementos provocará aprovação por parte dos demais Estados nacionais de medidas ofensivas de combate ao terrorismo sem risco de retaliação.

Internamente, o uso de elementos patrióticos e nacionalistas orientará toda a atenção social a essa problemática, pressionando o corpo social a aceitar ações restritivas por parte do governo, como a aprovação de leis abusivas e que ferem direitos civis básicos. Afinal, segundo o ex-presidente Bush, os Estados Unidos estarão protegidos “do ataque apenas através da ação vigorosa no exterior, e da maior vigilância em casa”⁶.

De maneira consciente ou inconsciente, o sujeito reformula um discurso já muitas vezes usado pelos indivíduos tomadores de decisão para que suas ações sejam aceitas perante a massa social, como o discurso utilizado para exterminar os “selvagens” durante o período

6 “America is no longer protected by vast oceans. We are protected from attack only by vigorous action abroad, and increased vigilance at home.” Trecho do discurso proferido pelo ex-presidente estadunidense em 29 de janeiro de 2002 no Capitólio, Washington, D.C.

colonial, por exemplo. O objetivo nesses casos é justificar a imposição de determinada ideologia que faça jus aos interesses do Estado que enuncia o discurso.

Lugar social

“Lugar social” remete a um espaço empírico, o qual aborda diferentes formações ideológicas que interagem com a hierarquia de poder institucionalizada, culminando na determinação do lugar ocupado pelo sujeito na sociedade (SANTO, SILVA, 2014).

Aplicando esse conceito para o caso de um sujeito que fala em nome do governo sobre um ataque terrorista a população, se presume que naquele público haverá uma variedade de formações ideológicas que se posicionam de maneiras diferentes sobre o tema.

Entretanto, devido a carga emocional inerente a essa problemática, essas diferentes formações que compõem majoritariamente o quadro social convergem quando se trata da segurança nacional, assunto que toma conta do discurso político no período posterior a tragédia.

Nesse sentido, a democracia representativa, como é o caso da maioria dos países ocidentais, é responsável por incumbir ao presidente a responsabilidade de atender as distintas demandas sociais e se posicionar sobre qual a medida certa a ser tomada sobre a questão.

Lugar discursivo

O termo “lugar discursivo” é usado para se referir ao espaço assumido pelo sujeito que, ao enunciar, legitima a posição ocupada no lugar social, fornecendo a ele estabilidade e uma relação de constituição mútua com o interlocutor (IDEM, 2014).

De acordo com o explicitado no item acima, o sujeito que ocupa a posição de chefe do executivo, o que indica que foi eleito através de um processo democrático e transparente nos moldes da lei, representa, de maneira genérica, os princípios e valores que regem aquela sociedade. Sendo assim, supõe-se que por compor o corpo social para o qual fala, ele possui legitimidade para se pronunciar diante do povo em nome do interesse nacional, porque supostamente o conhece e atenderá suas prerrogativas.

Em outras palavras, isso significa dizer que a posição socialmente legitimada ocupada pelo presidente faz com que seu discurso interfira na opinião popular a respeito do terrorismo

da mesma maneira que os valores e princípios seguidos pela sociedade moldarão o discurso a ser proferido por ele.

TERRORISMO: EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO DESCOLONIAL

Marta Moreno em seu artigo “Terrorismo: em busca de uma definição universal” afirma no início de seu texto que “os atentados de 11 de setembro ao World Trade Center e ao Pentágono alçaram o terrorismo à condição de maior ameaça à continuidade do sistema global” tal como ordenado hoje, eu diria.

O reflexo desse fenômeno na academia é inegável. Mas apesar da infinidade de trabalhos publicados e o aprofundamento do debate nas universidades, sempre existiram divergências no que se refere à conceitualização do terrorismo. Através da análise de 109 definições acadêmicas do termo, Shmid e Jongman elencaram os principais elementos que influenciam os autores:

Definições acadêmicas de terrorismo

<i>Elemento</i>	<i>Frequência</i>
Violência, força	83,5%
Política	65,0%
Medo, ênfase no terror	51,0%
Ameaça	47,0%
(Psicológico) efeitos e (reações antecipadas)	41,5%
Diferenciação entre vítima e alvo	37,5%
Ação objetivada, planejada, sistemática e organizada	32,0%

Fonte: Shmid e Jongman (2005, p. 5) apud Suarez (2012, p.3)

Entretanto, existem alguns complicadores que impedem a produção de um estudo objetivo e a produção de políticas eficazes para enfrentá-lo, como a carga polêmica e passional embutida ao tema e a natureza multifacetada das motivações que levam aos ataques (MORENO, 2004, p. 329). A mídia de massa tem um papel importante sob essa lógica, pois se observa que “os acontecimentos que tangenciam o início do século XXI são marcados pela espetacularização e rápida aderência do medo e sua propagação” (SELIS, GALLO, MASO, 2011).

Ademais, a precariedade da conceitualização de terrorismo advém da pressuposição de que os atores envolvidos são não-estatais, já que segundo as principais teorias políticas, este é o único que possui o monopólio do uso da violência. Essa premissa é desestabilizada pelo surgimento da expressão “terrorismo de Estado”, que deslegitima ações governamentais

repressivas contra grupos minoritários, movimentos sociais e organizações que ameaçam o *status quo*.

Em meio a todos esses fatores que permeiam a discussão sobre o terrorismo, uma observação deve ser destacada: fenômenos como a escravização da população africana, a colonização empreendida pelos europeus, e mesmo as intervenções estadunidenses promovidas no Oriente Médio, entre tantos outros episódios nos quais era Norte quem atacava, apesar de conterem todos os “elementos necessários” para serem classificados como atentados terroristas, não o foram.

Asafa Jalata, em sua obra “Phases of terrorism in the age of globalization – From Christopher Columbus to Osama bin Laden” ilustra essa lacuna existente na história mundial como ninguém:

Enquanto pensava sobre a tragédia do 11/9 e as injustiças cometidas contra americanos inocentes, me dei conta que a maioria da população indígena ao redor do mundo têm sido exposta ao terrorismo de estado, ou promovido pelo estado, por mais de cinco séculos. Infelizmente, mídia, academia, governo e instituições internacionais – em maior ou menor medida – se eximiram de denunciar ou explicar as tragédias das populações indígenas ao redor do mundo (JALATA, 2016, tradução da autora) ⁷.

Segundo este autor, há duas formas de terrorismo possíveis: “de cima” (*from above*), como o terrorismo de estado, e o terrorismo “de baixo” (*from below*), proveniente de organizações e grupos subversivos. Sendo assim, Cristóvão Colombo, assim como Osama bin Laden, também deve ser lembrado como “símbolo do terrorismo”.

Partindo dessa perspectiva, admito estar longe de adotar neste trabalho uma definição universal de terrorismo e faço das palavras de Diego Santos Vieira de Jesus as minhas:

[...] estou consciente de que a própria seleção das perspectivas metodológicas consideradas na pesquisa pode ser concebida como um ato político ou um exercício de poder, que limita perspectivas e silencia vozes na discussão, não sendo um recorte inocente dessa realidade. Porém, longe da pretensão de estipular termos absolutos e únicos para uma discussão no perfil dessa que será aqui apresentada, ressalto que a forma de apresentação do conteúdo aqui exposto é apenas uma dentre tantas formas alternativas possíveis [...] (JESUS, 2011, p. 123, editado).

Portanto, a abordagem aqui adotada define o conceito de terrorismo como:

[...] uma política ou estratégia governamental ou organizacional sistemática através da qual a violência letal é praticada abertamente ou secretamente para aterrorizar e

⁷ “While thinking about the tragedy of 9/11 and the injustices committed against innocent Americans, I realized that most indigenous peoples around the world have been exposed to state or state-sponsored terrorism for more than five hundred years. Unfortunately, the media, academia, government, and international institutions have more or less neglected to report or to explain the tragedies of indigenous peoples around the world.”

impor medo a um determinado grupo populacional, além das vítimas diretas do terrorismo, para mudar seu comportamento de resistência política à dominação ou para desafiar o grupo dominante através de meios semelhantes para alterar seu comportamento e prática de impor a violência mortal para ganhos políticos e econômicos e/ou outras razões (JALATA, 2016, p. 10, tradução da autora) ⁸.

DISCURSO COLONIAL E O DISCURSO DE “GUERRA AO TERROR”: JUSTIFICANDO O INJUSTIFICÁVEL

Através da análise comparativa entre os discursos empregados durante a expansão marítima europeia e o discurso da “Guerra ao terror”, é possível verificar que antigos elementos são redirecionados sem, no entanto, alterar a bipolarização e o maniqueísmo que marcam esses enunciados.

A esse respeito, um dos aspectos observados é a prática de inferiorizar a cultura do outro, que, somado a elementos que promovem o nacionalismo, são encarregados por dividir o mundo entre “nós” e “eles”, sendo esses últimos os que devem ser combatidos, que representam uma ameaça, como mostra o fragmento abaixo:

Uma cousa desejamos cá todos e pedimos muito a Nosso Senhor, sem a qual não se poderá fazer muito fruto no Brasil, que desejamos, e é que esta terra toda seja mui povoada de Cristãos que a tenham sujeita, *porque a gente é tão indômita e está tão encarniçada em comer carne humana e isenta em não reconhecer superior, que será mui dificultoso ser firme o que se plantar [...]* (ANCHIETA, 1555, pág. 87, apud RASCHIETTI, 1988, pág. 8 – grifo da autora).

Anos depois, esses mesmos elementos reaparecem no discurso do ex-presidente estadunidense, George W. Bush:

Nossos inimigos enviam os filhos de outras pessoas em missões de suicídio e assassinato. *Eles abraçam a tirania e a morte como uma causa e um credo*. Nós defendemos uma escolha diferente, feita há muito tempo, no dia de nossa fundação. Nós a afirmamos de novo hoje. Nós escolhemos a liberdade e a dignidade [...] (tradução e grifo da autora). ⁹

O proposito aqui é caracterizar o inimigo como destituído de racionalidade e valores morais, o que atribui às conquistas coloniais, assim como as invasões feitas em nome da “guerra ao terrorismo”, uma natureza divina que se aproxima a observada na Doutrina do

⁸ “[...] I define terrorism as a systematic governmental or organizational policy or strategy through which lethal violence is practiced openly or covertly to terrorize and impose fear on a given population group, beyond the direct victims of terror, to change their behavior of political resistance to domination or to challenge the dominating group through a similar means to change its behavior and practice of imposing deadly violence for political and economic gains and/or other reasons.”

⁹ “Our enemies send other people's children on missions of suicide and murder. They embrace tyranny and death as a cause and a creed. We stand for a different choice, made long ago, on the day of our founding. We affirm it again today. We choose freedom and the dignity of every life [...]”. Trecho do discurso proferido pelo ex-presidente estadunidense em 29 de janeiro de 2002 no Capitólio, Washington, D.C.

Destino Manifesto¹⁰: “A história nos chamou a essas responsabilidades, e as aceitamos. A América sempre teve uma missão especial de defender a justiça e promover a liberdade em todo o mundo” (tradução da autora).¹¹

A perspectiva religiosa que permeia o discurso colonial e o discurso antiterror também deve ser analisada uma vez que ambos demonizam o inimigo a fim de estabelecer uma “guerra justa”. “Liberdade e medo, justiça e crueldade, sempre estiveram em guerra, e sabemos que Deus não é neutro entre eles”¹² declarou Bush, logo após os atentados de 11 de setembro. Do mesmo modo, Raschietti afirma que o missionário jesuíta José de Anchieta via na colonização uma conquista para a cristandade:

[...] Não houver êste remédio, o qual continuamente pedem cá os Padres e Irmãos a Nosso Senhor e estão mui consolados por haver quasi certeza que pola terra a dentro se descobrem muitos metais, porque com isto se habitará muito esta terra, e estes *pobres Indios, que tão tiranizados estão do demonio, se converterão a seu Creador* (ANCHIETA, 1555, pág. 87, apud RASCHIETTI, 1988, pág. 8 – grifo da autora).

Essa mesma passagem nos permite verificar a conviência existente na época entre a Igreja Católica e a exploração colonial, as quais estabeleciam uma relação de cooperação pacífica e benefício mútuo (RASCHIETTI, 1988).

Entretanto, sob esse aspecto, é pertinente realizar uma ressalva em relação a uma especificidade do terrorismo, pois em ambos os lados combatentes o nome de Deus/Allah é apropriado para justificar suas ações violentas, como se nota nas declarações tanto de Bush, quanto de Osama Bin Laden (PROCÓPIO, 2001).

Depois dos atentados de 11 de setembro, Bush reuniu em seus esforços de lançar uma guerra global contra o terrorismo elementos que provocaram indignação por todos aqueles países que acreditam nas premissas democráticas, alegando que os grupos terroristas são “inimigos da liberdade” que querem “reordenar o mundo - impondo suas crenças radicais às pessoas de todas as partes” com o objetivo de “planejar o mal e a destruição”.¹³

10 Utilizada pela primeira vez por John L. O’Sullivan em 1839, essa doutrina pressupõe que os EUA estavam destinados à realização dos melhores feitos e a manifestar para a humanidade a excelência dos princípios divididos, eles seriam a nação do progresso, da liberdade individual e da emancipação universal (SAMPAIO, J. H. M., OLÍMPIO, M. M., 2006)

11 “History has called us to these responsibilities, and we accept them. America has always had a special mission to defend justice and advance freedom around the world.” Trecho do discurso proferido pelo ex-presidente estadunidense em 30 de abril de 2002 no Parkside Hall, San Jose, California.

12 “Freedom and fear, justice and cruelty, have always been at war, and we know that God is not neutral between them.” Trecho do discurso proferido pelo ex-presidente estadunidense em 20 de setembro de 2001 no Capitólio, Washington, D.C (tradução do autor).

13 “Enemies of freedom”/ “remaking the world - and imposing its radical beliefs on people everywhere” / “plot evil and destruction”. Trechos do discurso proferido pelo ex-presidente estadunidense em 20 de setembro de 2001 no Capitólio, Washington, D.C.

O povo do Afeganistão vem sendo brutalizado - muitos cidadãos estão passando fome e outros tantos fugiram. As mulheres não podem frequentar escolas. Uma pessoa pode ser aprisionada porque tem um televisor. A religião só pode ser praticada na forma ditada pelos líderes afegãos. No Afeganistão um homem pode ser encarcerado porque sua barba é insuficientemente comprida (tradução da autora). ¹⁴

Esse tipo de declaração provoca repulsa por parte da sociedade internacional que não lançará retaliações ao governo estadunidense caso esse venha a fazer uma intervenção militar no Afeganistão em busca dos considerados “terroristas”, como de fato aconteceu, e como voltou a se repetir no Iraque. A necessidade desse tipo de ação não é questionada pois o discurso também faz uso de argumentos democráticos que visam “libertar” o país, como se nota no excerto:

Na primeira fase de nossa operação militar, as forças americanas e de coalizão libertaram o povo do Afeganistão de um regime bárbaro. Nossas Forças Armadas atuaram com habilidade, sucesso e honra. Um regime caiu. Os terroristas naquele país estão agora dispersos, e os filhos do Afeganistão regressaram à escola. Nosso trabalho naquele país não acabou. Estamos ajudando o povo afegão a reconstruir sua nação. E em cada caverna, em cada canto escuro daquele país, vamos caçar os assassinos e trazê-los à justiça (tradução da autora, editado). ¹⁵

Nessa lógica, a mídia tem papel essencial na desmoralização, e mesmo na desumanização, de determinador atores e movimentos sociais que muitas vezes são enquadrados de maneira infundamentada dentro do arcabouço do terrorismo sempre que enfrentam ou colocam em risco as estruturas do poder vigente. Essas ações promovem uma aceitação massiva por parte da população, que aplaude quando líderes terroristas (ou não) são encarcerados ou mortos por entidades responsáveis por manter a segurança.

A propagação do medo é utilizada tanto pelos Estados quanto pela mídia para que a “*Guerra ao terror*” seja legitimada, violando direitos, e interferindo em assuntos que muitas vezes em nada se relacionam ao terrorismo, como apontado pelo ex-membro da CIA, Edward Snowden¹⁶. Mas o ex-presidente suplica: “Peço-lhes paciência diante dos atrasos e inconveniências que uma segurança mais estreita acarretará, e por sua paciência quanto a um

14 “Afghanistan's people have been brutalized - many are starving and many have fled. Women are not allowed to attend school. You can be jailed for owning a television. Religion can be practiced only as their leaders dictate. A man can be jailed in Afghanistan if his beard is not long enough.” Trecho do discurso proferido pelo ex-presidente estadunidense em 20 de setembro de 2001 no Capitólio, Washington, D.C.

15 “In the first phase of our military operation, American and coalition forces have liberated - have liberated - the people of Afghanistan from a barbaric regime. Our Armed Forces performed with skill and success and honor. A regime has fallen. Terrorists in that country are now scattered, and the children of Afghanistan have returned to school, boys and girls. Our work in that country is not over. We are helping the Afghan people to rebuild their nation. And in every cave, in every dark corner of that country, we will hunt down the killers and bring them to justice.” Trecho do discurso proferido pelo ex-presidente estadunidense em 30 de abril de 2002 no Parkside Hall, San Jose, California.

16 Segundo o ex-analista da CIA, as agências de inteligência americanas tem uma infraestrutura que lhe permite interceptar quase qualquer coisa, incluindo telefonemas, e-mails e mensagens de qualquer cidadão americano.

esforço que inevitavelmente será longo” pois “seja qual for o custo de defender nosso país, pagaremos por ele”.¹⁷

A parte das similaridades, é possível identificar também diferentes abordagens e conceitos aos quais o discurso antiterrorismo se orientou e que permitiram que ele continuasse atuando como álibi para práticas de dominação da mesma forma que um dia atuou o discurso colonial.

Nota-se que o termo “conquista” deu lugar a palavra “intervenção”, que, segundo o ex-presidente Bush, é feita pelos Estados Unidos com o objetivo de “destruir campos de treinamento terrorista [...] e salvar o povo da fome e da opressão brutal” (editado)¹⁸. Essa responsabilidade quase divina também era alegada pelos europeus ao invadirem as novas terras de suas colônias.

O aspecto religioso também merece atenção. A evangelização promovida pelas missões jesuíticas e que reconheciam a inferioridade da população colonizada em relação à europeia, considerando-os como incivilizados e desprovidos de alma, foi substituída na contemporaneidade pela premissa democrática, que não tolera governos ditatoriais que violam direitos básicos de sua população, o que, paradoxalmente, deve ser combatido, através de intervenções militares, colocando muitas vezes a vida de milhares de civis em risco.

Nesse sentido, a posição da Igreja Católica também foi reorientada, abandonando a convivência com que atuou ao lado das coroas europeias durante a colonização do continente latino-americano e africano, e adotando uma postura de omissão, observada pelo não pronunciamento da instituição diante da apropriação do nome de Deus usado para “abençoar” ações truculentas promovidas por grupos e países em particular.

Quanto ao inimigo, os “selvagens” ou “bárbaros” presentes nos territórios invadidos pelos europeus e que deviam ser exterminados, segundo as cartas coloniais, são agora substituídos nos discursos de segurança pelos terroristas, os quais cabem ao “o mundo civilizado” combater:

17 “I ask for your patience, with the delays and inconveniences that may accompany tighter security; and for your patience in what will be a long struggle.” / “Whatever it costs to defend our country, we will pay.” Trecho do discurso proferido pelo ex-presidente estadunidense em 20 de setembro de 2001 e em 29 de janeiro de 2002 no Capitólio, Washington, D.C, respectivamente.

18 “[...] destroyed Afghanistan's terrorist training camps, saved a people from starvation, and freed a country from brutal oppression.” Trecho do discurso proferido pelo ex-presidente estadunidense 29 de janeiro de 2002, no Capitólio, Washington, D.C.

O mundo civilizado está se movendo para o lado dos Estados Unidos. Eles entendem que se esse terror ficar impune, suas próprias cidades, seus próprios cidadãos podem ser os próximos. Terror sem resposta não pode apenas derrubar edifícios, pode ameaçar a estabilidade de governos legítimos. E vocês sabem que não vamos permitir isso (tradução e grifo da autora) ¹⁹.

Por fim, o racismo e as demais técnicas socialmente construídas de inferiorização dos negros e indígenas se direcionam agora ao Oriente Médio, provocando, dentre outras coisas, o nascimento do conceito de “islamofobia” e a aprovação de leis antiterrorismo arbitrárias e xenófobas que atingem direitos dos refugiados e demais povos dessa região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O terrorismo enquanto tema pertencente ao mainstream dos estudos de Relações Internacionais e de segurança, ganhou protagonismo também nas manchetes midiáticas depois dos atentados ocorridos ao World Trade Center e ao Pentágono em 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos.

Diante a emergência dessa pauta e da carga polêmica e passional que ela envolve (MORENO, 2004) torna-se necessário uma análise crítica a respeito dos discursos que envolvem o tema, seus elementos e origens a fim de evitar equívocos na promulgação de leis e nas ações realizadas para combatê-lo.

Nesse contexto, o presente artigo tentou demonstrar como o discurso antiterrorismo perpetua antigos elementos presentes no discurso colonial, bem como tem por objetivo continuar justificando práticas de dominação que se iniciaram nesse período.

A “Guerra ao terror” articulada por Bush, não só é ineficaz no seu combate como viola direitos civis dos cidadãos estadunidenses, promove retaliações xenofóbicas à população do Oriente Médio e mascara interesses políticos e econômicos que o país possui naquela região sob esse discurso.

Além disso, segundo Bava, existe uma forte correlação entre as intervenções militares realizadas e os conflitos religiosos e tribais que deram origem ao Estado islâmico. Ou seja, além de ineficaz, a “Guerra ao terror” vem provocando o efeito reverso: articular novos grupos terroristas.

¹⁹ “The civilized world is rallying to America’s side. They understand that if this terror goes unpunished, their own cities, their own citizens may be next. Terror, unanswered, can not only bring down buildings, it can threaten the stability of legitimate governments. And you know what -- we’re not going to allow it.” Trecho do discurso proferido pelo ex-presidente estadunidense em 20 de setembro de 2001 no Capitólio, Washington, D.C.

Sendo assim, é crucial que o discurso antiterror seja descolonizado para que possamos pautar um debate sério sobre como impedir essa ameaça e traçar estratégias para proteger os cidadãos sem violar seus direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARKAWI, Tarak. LAFFEY, Mark. *The postcolonial moment in security studies*. Review of International Studies (2006), 32, 329-352. British International Association.

BATISTA LEITE, Lucas A. *George W. Bush e a construção do inimigo na guerra ao terror*. Fronteira, v. 8, n. 16, p. 27 - 59. Belo Horizonte. Publicado em: 2º sem. 2009.

BAVA, Silvio Caccia. *Terrorismo de Estado*. Revista Le Monde Diplomatique Brasil. Ano 9 / Número 101, p. 3. Publicado em: Dezembro/2015.

BBC. *Ex-funcionário da CIA diz que revelou segredos dos EUA para “defender liberdade”*. Publicado em: 10 junho de 2013. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130610_snowden_perfil_cc>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2017.

BUSH, George W. *Presidential Statements*, George W. Bush – 2002. Social Security Administration. Disponível em: <<https://www.ssa.gov/history/gwbushstmts2.html#01222002>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2017.

BUSH, George W. The White House, *President George W. Bush*. Disponível em: <<https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010920-8.html>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2017.

DIJK, Teun A. van. *Discourse and power*. Publicado por: Palgrave Macmillan. New York, 2008.

JALATA, Asafa. *Phases of Terrorism in the Age of Globalization - From Christopher Columbus to Osama bin Laden*. Publicado por: Palgrave Macmillan. New York, 2016.

JESUS, Diego S. Vieira de. *Um discurso sobre métodos: metodologias para o estudo das Relações Internacionais na contemporaneidade*. Revista de Economia & Relações Internacionais, vol.9 (18), 2011.

MORENO, Marta. *Terrorismo: Em busca de uma definição universal*. In: BRIGA-GÃO, Clóvis. PROENÇA JÚNIOR, Domício. Paz e terrorismo: textos do Seminário Desafios para a política de segurança internacional, 2004.

OLIVEIRA, Pedro Rocha de. CHACON, Clarice. *Estado de exceção: o que é, e para que serve*. Blog da Boitempo. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/12/20/estado-de-excecao-o-que-e-e-para-que-serve/>>. Acesso em: 1 de março de 2017.

PROCÓPIO, Argemiro. *Terrorismo e relações internacionais*. Revista brasileira de política internacional vol.44 nº2 Brasília July/Dec. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292001000200004>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2017.

RASCHIETTI, Estêvão. *José de Anchieta: Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1988.

SAMPAIO, Jorge Henrique Maia; OLÍMPIO, Marise Magalhães. *Estados Unidos e o destino manifesto*. Revista Ameríndia - História, cultura e outros combates. Fortaleza, v.2, n.2 p. 1-12, 2006. Disponível em:

<<http://www.periodicos.ufc.br/index.php/2015/article/view/1552/1405>>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2017.

SANTOS, Eugênio Pacelli Jerônimo. SILVA, Flávia Ferreira da. *Análise do discurso I*. Universidade Federal de Sergipe. CESAD (Centro de educação superior a distância – UFS). São Cristóvão/SE, 2014.

SELIS, Lara. GALLO, Rafael. MASO, Tchella. *O terrorismo como agenda das Relações Internacionais: novos debates, velhas problemáticas*. Meridiano 47 Vol. 12, n. 127, p. 50-57, 2011.

SUAREZ, Marcial A. Garcia. *Dos terrorismo(s) no século XXI: sobre a formação de um discurso de poder*. Working Paper apresentado no I Simpósio de Relações Internacionais do Programa de pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas. Novembro/2007.